

A CONVIVÊNCIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA CAPIXABA (1956-1968)

Luiz Cláudio Moisés Ribeiro/CCHB/Universidade Federal do Espírito Santo

ABSTRACT

Na passagem dos anos 50 para os anos 60 ocorreu no Espírito Santo um processo de expansão do “Estado-empresário” que se concretizou na Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA, criada para ocupar o espaço deixado pela insuficiência de investimentos da Companhia Central Brasileira de Força e Energia (CCBFE) – grupo American Foreign Power (AMFORP) -Bond and Share no setor infra-estrutural de energia elétrica. Através da compra da CCBFE pela ELETROBRÁS, em 1965, o Estado brasileiro retomou antigas concessões daquele grupo privado e incrementou a última fase do *desenvolvimento*. Nesse contexto, em 1968, a “primeira” ESCELSA – estadual - e a CCBFE – federal - foram fundidas numa só empresa pública, a “nova ESCELSA”. Demonstrar o processamento dessas operações em âmbito restrito ao Espírito Santo é o principal objetivo do trabalho.

Introdução

Na passagem dos anos 50 para os anos 60, ocorreu no Espírito Santo um delicado processo de expansão do “Estado-empresário” no setor infra-estrutural da economia. Desde a primeira metade da década o país como um todo vinha experimentando uma defasagem entre a demanda crescente pelo consumo de energia elétrica e a insuficiência dos investimentos nos setores de produção e distribuição. O problema começou a ser encarado a partir de 1952 com algumas medidas efetivas na área de fomento e financiamento tais como a aprovação da constituição do Fundo Federal de Eletrificação e a incorporação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

No mesmo processo, a consolidação da exploração estatal de petróleo era monopolizada pela estatal Petrobrás, em 1954, o que não deixava dúvidas quanto às intenções das principais autoridades do país em relação à energia. Aprofundando ainda mais os propósitos de “substituir as importações” tradicionalmente realizadas pelo país o Governo

brasileiro traçou o Plano de Metas que constituiu “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”¹. No dizer de Lessa

(...) Quando os desequilíbrios estruturais foram constatados, e se tornaram críticos, impuseram uma redistribuição de recursos a favor do setor público, iniciada com a criação do BNDE, o Fundo de Reparcelamento Econômico, em 1952, e do regime de sobretaxas cambiais estabelecido pela Instrução 70 [SUMOC] em 1953. Porém, dada a reduzida transferência inicial de poupanças e os longos períodos de maturação desta classe de investimentos, em 1956 persistia a necessidade de ampliar, mais que proporcionalmente, as inversões no sistema de transporte e de produção energética.²

No Espírito Santo a superação da matriz energética ficou nítida no final da década de 1940: a energia elétrica oferecida pela Companhia Central Brasileira de Força e Energia (CCBFE) –subsidiária do grupo norte-americano American Foreign Power (AMFORP) -Bond and Share - empresa fornecedora das principais regiões urbanas domiciliares e industriais era cara e insuficiente para sustentar o crescimento da demanda no estado.

Ante a pressão da população em geral, da imprensa, da Igreja e do empresariado, Jones dos Santos Neves, ao assumir a chefia do Poder Executivo em 1952, deu início ao Plano Estadual de Eletrificação visando aumentar em 240% a potência elétrica instalada. Em 1956 estavam lançadas as bases políticas e técnicas para a criação da ESCELSA (Espírito Santo

¹ LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. SP: Brasiliense, 1982. p 27.

² Idem. *Ibidem*. p.31.

Centrais Elétricas S/A) com a finalidade da "...promoção, planificação e execução da eletrificação do Estado".³

Em nível nacional, nos anos seguintes foi extinto o antigo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica quando o Poder Público optou pela criação de uma empresa *holding* para o setor, a ELETROBRÁS (1962) vindo consolidar uma política energética de grandes aportes de capitais públicos cuja execução efetiva se deu após a ruptura da democracia, em 1964.

Já em 1965 o Executivo adquiriu o controle acionário da CCBFE - entre as mais de dez empresas daquele grupo norte-americano - através da ELETROBRÁS, demarcando uma nova fase dos investimentos. Nessa transação o Estado brasileiro retomou antigas concessões daquele grupo privado internacional incrementou a última fase do *desenvolvimento*. É ainda nesse contexto que, em 1968, a “primeira” ESCELSA e a CCBFE foram fundidas numa só empresa pública, a “ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A”⁴, que passou a ser chamada de “nova ESCELSA”. Explicar o processamento dessas operações em âmbito restrito ao Espírito Santo é o principal objetivo deste trabalho.⁵

A “primeira” Escelsa: controle do Governo estadual

O primeiro passo para a entrada do Estado do Espírito Santo na produção de energia elétrica foi dado em 1953 pela aprovação da Lei 755, de 07 de dezembro. Através dela o Estado organizou a ESCELSA e, lentamente, absorveu as minúsculas empresas envolvidas

³Para o conhecimento da atuação da CCBFE em período anterior à década de 1960 baseamos nossas análises em BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo (roteiro da industrialização)*. RJ: Cátedra, 1987.

⁵No que diz respeito às fontes documentais da CCBFE, comprada pela Eletrobrás em 1965, limitaremos nossas considerações à raríssima documentação remanescente em Vitória.

com a geração e distribuição da eletricidade em pequenas localidades. O diploma legal permitia que o Governo do Espírito Santo organizasse uma empresa com capital de Cr\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) – moeda corrente no período, subscrevendo um mínimo de cinquenta e um por cento das ações. A forma encontrada para levantar o capital necessário à organização da nova empresa foi “promover operações de crédito até o limite de Cr\$500.000.000,00 com o prazo de resgate até o limite de 30 anos e juros máximos de 8% (oito por cento) ao ano”, incluídas as despesas de encampação de outras empresas ou investimentos em obras futuras.

Apesar disso, apenas após a aprovação do Decreto Legislativo de 29 de agosto de 1956⁶ foi possível prover os fundos necessários, tanto para a integralização do capital como para atender às exigências do BNDE para financiar a conclusão das obras da Hidrelétrica de Rio Bonito, a ser incorporada ao patrimônio da ESCELSA. Para tanto, o mesmo decreto legislativo instituía um “Fundo de Eletrificação” a ser composto pela parcela que cabia ao Estado no Imposto Único sobre Energia Elétrica (Lei Federal 2308 de 31.08.1954), pelos recursos apurados através da majoração em 6% sobre o Imposto de Vendas e Consignações cobrados a título de “Taxa de Eletrificação” que o mesmo decreto criava, além de repasses dos orçamentos estaduais e federais. Tudo isso permitia à ESCELSA iniciar suas operações contando com farto financiamento de até Cr\$500.000.000,00 do BNDE, afiançados pelo Poder Executivo estadual⁷

Tais providências legais fizeram da ESCELSA uma realidade. Já no ato de sua criação o seu capital de Cr\$300.000.000,00 estava totalmente subscrito, sendo o Governo do Espírito

⁶ Diário Oficial de 07.09.1956 (Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES)

⁷ Idem, ibidem.

Santo o seu maior acionista com 299.560 ações. Ao empossar a primeira diretoria, o Governador do Estado Francisco Lacerda de Aguiar assim referiu:

*a Escelsa, sigla que representa a sociedade que acaba de ser fundada, mais do que um nome, é bem um símbolo do que ela representa para os excelsos destinos do nosso Estado, que caminha com decisão e segurança, para a realização dos seus mais altos desígnios.*⁸

Ao que tudo indica, porém, a demanda por energia elétrica não atendida por tantos anos tornava urgentes novos investimentos da empresa para cumprir as metas governamentais⁹. Assim é que ao final de 1961 ao Governo do Estado requereu autorização da Assembléia Legislativa para vender as ações que excediam o limite de 51% com o fito de viabilizar recursos para as obras de construção da Hidrelétrica de Suíça. Para tanto, estabeleceu gestões para convencer o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – o que já fora formalizado pelo Decreto 50.104 de 26.01.1956 – a comprar ou financiar a participação da Eletrobrás no negócio adquirindo até 250.000 mil ações preferenciais com direito a voto, além de também indicar como parceiro secundário

⁸ A Tribuna, 06.09.1956 p. 5

⁹ Em fala na Assembléia Legislativa em 1957 o Secretário da Fazenda, Sr. Kleber Guimarães afirmou que: “É bem certo que a carência de energia elétrica de que nos ressentimos influi decisivamente no desenvolvimento industrial e agrícola do Estado, pois que a agricultura capixaba, como foi acontecer também com a maior parte do Brasil, é do método rotineiro, empírico, sem mecanização e sem a coadjuvação dos equipamentos e dos processos modernos e eficazes de que carece.

Não é preciso tecer comentários, por certo, sobre o que representa a eletricidade no meio rural, dotando o homem do campo das condições de bem estar que o estimulam e o confortam, facilitando a criação da pequena indústria rural, de tanta significação, nem tampouco a expressão que tem nas cidades a fartura de energia, propiciando a constituição de conjuntos industriais, que irão fortalecer nossa economia.

Estamos bem próximos, felizmente, de iniciar a era industrial capixaba, com a últimação, já bem à vista, da Hidroelétrica do Rio Bonito, o início da construção da Usina da Suíça e a disposição de, no Sul, promover o aproveitamento da cachoeira da Fumaça, estando já em curso adeantado os estudos respectivos, prevendo e provendo o futuro, já que toda a economia espiritosantense se funda inegavelmente na produção agrícola do café, até aqui.” Espírito Santo. Convocação do Senhor Secretário da Fazenda à Assembléia Legislativa. 102ª Sessão Ordinária realizada em 10.09.1957

preferencial outra empresa estatal de grande porte e parte interessada em incrementar a disponibilidade de energia da ESCELSA, a Cia. Vale do Rio Doce.¹⁰ Nesse pleito o Executivo estadual foi prontamente atendido pela aprovação da Lei 1188, de 03.01.1962.

Da parte dos financiamentos para investimentos de longo prazo, sabia-se na época de sua disponibilidade pois, em nível federal, o Governo havia reforçado os fundos do programa de eletrificação através de reforma tributária e lançado operação de subscrição obrigatória sobre os consumidores de energia elétrica. Além disso, os recursos para financiamento do BNDE haviam sido aumentados através de empréstimo adicional sobre o imposto de renda para a criação do Fundo Nacional de Investimentos¹¹. Assim, percebe-se que o grosso da captação de recursos financeiros dava-se através de mecanismos que implicavam em poupanças internas destinadas às empresas estatais, enquanto que as empresas privadas beneficiavam-se de mecanismos de poupança forçada obtidos a partir dos índices de inflação que incidiam sobre os preços de seus produtos e serviços.¹²

Reforçando a tese de que o processo inflacionário desempenhou importante papel de instrumento de financiamento da industrialização brasileira, Tavares afirma que:

A inflação parece ter funcionado, no contexto do desenvolvimento brasileiro, até alguns anos atrás, não só como um mecanismo de poupança forçada (em sentido global) mas principalmente como uma força capaz de dissolver uma certa rigidez da institucionalidade financeira e de proporcionar brechas e canais subterrâneos para transferência intersetorial de recursos entre as unidades familiares, as empresas e o

¹⁰ Mensagem do Governo do Estado do Espírito Santo à Assembléia Legislativa, de 07.12.1961 – Protocolo 1857. Arquivo da Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

¹¹ LESSA. Op. cit. p. 150.

¹² IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1986.

*setor público e, em particular, dos setores menos dinâmicos para os de maior potencialidade de crescimento.*¹³

Dessa forma, durante o exercício de 1965 a ESCELSA atingiu um capital de Cr\$5.000.000,00 contando com um diversificado quadro de acionistas que, via de regra, eram também financiadores e/ou avalistas de seus contratos e compromissos.

Maior acionista, o Governo estadual detinha Cr\$2.806.570.000,00 em ações ordinárias e Cr\$11.826.000,00 em ações preferenciais sem direito a voto, o que mais uma vez buscou arrecadar em moeda corrente através do Imposto Único sobre Energia Elétrica e através da Taxa de Eletrificação; o segundo maior acionista era a própria Eletrobrás, com Cr\$7.740.392,00 em ações preferenciais sem direito a voto e Cr\$329.968.000,00 em ações preferenciais com direito a voto; em posição terciária, a CVRD detinha Cr\$118.784.000,00 das ações preferenciais sem direito a voto, sendo o restante do capital societário distribuído entre “diversos acionistas”.¹⁴ Como seria de se esperar os principais financiadores de projetos da ESCELSA eram a própria Eletrobrás, o BNDE, o GERCA (Grupo Executivo para Recuperação da Cafeicultura) e a Cia. Vale do Rio Doce.¹⁵

Tamanha injeção de capital nesse ano correspondeu, principalmente, “à excepcional expansão dos serviços atribuídos à ESCELSA”. De acordo com a diretoria,

¹³ TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição das importações ao capitalismo brasileiro. Ensaio sobre a economia brasileira. RJ: Zahar, 1975. 4 ed. p. 130-131. Uma análise completa do processo inflacionário no período, inclusive do surgimento de um mercado de Títulos da Dívida Pública (TDPs) e da correção monetária como forma de acumulação do capital especulativo internacional é desenvolvida por KOCHER, Bernardo. *A Economia Política da inflação dos preços. Brasil (1964-1994)*. Niterói: ICHF/UFF, 1997. (mimeo)

¹⁴ ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965.

¹⁵ ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965

o principal fator que contribuiu para o incremento de suas atividades foi a entrada em funcionamento da Usina Suiça. Inaugurada em 31 de janeiro entrou em efetiva operação em março do corrente ano de 1966, proporcionando à Escelsa um aumento de mais de 100% em sua geração de energia.¹⁶

No ano seguinte, a ESCELSA deu prosseguimento ao programa de expansão para o interior do Estado, em especial para a região norte, buscando capacitar-se para interligar-se com o sistema energético da CHESF, devendo interligá-lo posteriormente com o sistema sudeste. Naquele momento, a empresa já demonstrava preocupação em ampliar a produção da Usina Suiça, tendo em vista as perspectivas de aumentar em 110% o aproveitamento energético dos rios Santa Maria e Jucu com a instalação de outras unidades de geração; segundo relatou a direção da empresa pareciam existir boas perspectivas para que fossem reunidos os recursos financeiros necessários:

a maior parte dos recursos para essas obras e realizações, a ESCELSA já possui ou tem os elementos para obter; restará sua complementação, que o esperamos seja conseguida através da inegável influência do atual Govêrno do Estado e da bancada capixaba, que, aliás, tem no Relator do orçamento do Ministério das Minas e Energia um eficiente e denodado servidor.¹⁷

Da mesma maneira, eram boas as expectativas de recursos para investimentos na conversão da rede de 50 para 60 Hertz de que dependia o funcionamento da maior empresa

¹⁶ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965.

¹⁷ ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965.

siderúrgica do Espírito Santo naquele momento, também de propriedade federal, a Cia. Ferro e Aço de Vitória.¹⁸

Em termos de rentabilidade, foi ainda em 1965 que a ESCELSA, ao completar os 10 anos de existência e 7 de operação, pode distribuir dividendos entre os seus acionistas, “mercê de uma política tarifária próxima da realidade”.¹⁹

A transferência da “CCBFE” para o Governo Federal

A Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) foi adquirida num “pacote” de dez empresas num longo processo de compra direta em dólares envolvendo a AMFORP-Bond & Share, o Governo federal e o Governo dos Estados Unidos da América. A proposta de venda das empresas ao Governo brasileiro foi apresentada em novembro de 1961 e logo depois discutida diretamente pelos presidentes João Goulart e John Kennedy. Um pouco depois, o Governo federal criou a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos que concluiu os estudos a respeito da proposta da AMFORP em janeiro de 1963.

Preocupava as autoridades brasileiras a falta de investimentos na expansão da oferta de energia em vários estados e cidades cujo fornecimento encontrava-se estrangulado bem como o crescimento urbano-industrial comprometido acarretando problemas na expansão da base industrial experimentada com o processo de substituição de importações, em primeiro lugar, e depois, com o conjunto de investimentos de interesse do Governo federal.

¹⁸ ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965.

¹⁹ ESCELSA. Relatório da Diretoria de 1965.

Assim, uma vez que as concessionárias privadas não expandiam suas operações, interessava ampliar de imediato a usina de Peixoto para fornecer adicional de 175.000 kW para os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, bem como sustar a deterioração dos serviços daquelas empresas.

Talvez preocupando-se com possíveis querelas diplomáticas, para garantir o negócio, em abril de 1963 o embaixador Roberto Campos assinou memorando em nome do Governo brasileiro formalizando o interesse do Brasil na compra das empresas da AMFORP com o Governo estadunidense.

Ainda que seja difícil precisar o valor da CCBFE em separado, a transferência das empresas de todo o grupo para a Eletrobrás parece ter levado a cabo a proposta feita pela parte brasileira: US\$10 milhões até 30 dias do contrato; US\$24,750 milhões em prestações mensais em até 22 anos, com 3 anos de carência a juros de 6% aa; e US\$100,250 milhões nas mesmas condições anteriores, vencendo a primeira prestação após o término do pagamento da quantia anterior (25 anos). Pelo acordo proposto, essa última parte de US\$100,250 milhões deveria ser reinvestida na Eletrobrás pelo prazo de 20 anos. Além disso, a Eletrobrás assumiria todas as dívidas incidentes sobre juros, dividendos e créditos correntes das empresas subsidiárias num total de US\$7,7 milhões em 31.12.1962. Ao mesmo tempo, a Eletrobrás assumiria dívidas de todas as empresas com o Export-Import Bank of Washington.²⁰ Apenas no caso da CCBFE, nessa data o saldo da dívida com o Eximbank contraída em 1953 somava ainda US\$361,420.00.²¹

²⁰As informações são ainda baseadas em fontes esparsas e secundárias que remanesceram em poder da Escelsa em Vitória/ES. O prosseguimento da pesquisa incluirá levantamentos em arquivos da Itamaraty e da Eletrobrás.

²¹ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

Validado o negócio, o preço final a ser oferecido à AMFORP chegaria a US\$385 milhões cujo pagamento duraria até o ano de 2009. É muito importante anotar que o sucesso da negociação deve ter sido comemorado pelos ex-acionistas da AMFORP pois, anos antes, uma de suas maiores empresas no Brasil, a Companhia de Energia Elétrica Riograndense havia sido estatizada pelo Governo gaúcho sem qualquer pagamento, sob a acusação de que o grupo houvera transferido ilegalmente para o exterior um valor superior a US\$400 milhões.²²

Outro fato que consideramos importante marcar é que, ao menos para o caso do setor elétrico capixaba, ainda não registramos entrada de capitais de empresas privadas no Estado no período que estudamos, como afirmou Tavares em relação a outros setores econômicos brasileiros.²³ Ao contrário, a exemplo da incorporação da CCBFE, ocorreu um aprofundamento dos investimentos de capitais oficiais captados sob as diversas formas que citamos e nenhuma entrada diretamente de coligações diretas com empresas internacionais de serviços de eletricidade.²⁴ Isso nos leva a supor que o caso capixaba representa uma exceção ao modelo brasileiro montado para o setor elétrico, qual seja aquele em que as áreas de produção e transmissão foram reservadas ao setor público ficando a distribuição a cargo da iniciativa privada, em geral transnacional. No Espírito Santo a compra da CCBFE e a expansão dos seus serviços no interregno a partir de 1965 caracterizou um duplo monopólio estatal em todas as fases da indústria de energia elétrica.

²² Em relação à história da CEER consultar: MÜLLER, Elisa M. de *O A encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense e o nacionalismo da década de 1950*. Niterói: UFF/ICHF, 1996 (mimeo).

²³ TAVARES. Op. cit. p. 148 afirma que “de 1956 a 1961 entramos na terceira fase de desenvolvimento do pós-guerra, que se caracterizou por dois fatores mais destacados: o aumento da participação direta de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores”.

²⁴ Não desconhecemos o fato de que parte dos valores para investimentos transferidos às empresas capixabas do setor elétrico pelas autoridades monetárias brasileiras originaram-se da venda de TDPs no mercado financeiro, captando assim investimentos especulativos internacionais, conf. KOCHER. Op. cit.

Dessa maneira, encerrava-se em 1965 a fase de convivência entre o setor público e o setor privado de capital internacional no serviço de abastecimento de energia elétrica no Espírito Santo. Daí em diante, o setor elétrico capixaba estaria a cargo, principalmente, de duas grandes companhias estatais, uma estadual e uma federal, ambas contando com a participação de outros órgãos federais como o BNDE e a Eletrobrás, entre outros.²⁵

O primeiro ano completo passado sob controle da Eletrobrás demonstrou estarem definitivamente superados os impasses criados pela ausência de investimentos em expansão e manutenção dos serviços pelos ex-controladores da CCBFE. Segundo a nova diretoria da empresa, a mudança do controle acionário

*...não significou para esta empresa uma simples mudança na sua orientação administrativa, mas, sim, novas e copiosas fontes de assistência técnica e financeira, que vieram impulsionar as suas atividades.*²⁶

Dentre os principais projetos encetados destacaram-se os de interligação com o sistema CEMIG para recebimento de energia de Furnas e Peixoto geradas em sistema de 60 Hz – até aquela data o sistema da CCBFE operava em 50 Hz, obras de interligação com a rede da ESCELSA, e a construção da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, no Rio Doce, no interior do Espírito Santo. Tudo isso visava, de imediato, atender ao Porto de Tubarão da CVRD, aos projetos de construção das usinas de *peletização* de minério de ferro dessa empresa, e ao conseqüente impacto de desenvolvimento regional que se esperava para a Grande Vitória.²⁷

A construção de Mascarenhas, em especial, contou com um ambiente exterior favorecido pelo programa de apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos da América

²⁵ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

que ficou conhecido como “Aliança para o Progresso”. Sob aval da Eletrobrás e do Governo federal, a “United States Agency for International Development” (USAID) assinou contrato de financiamento com a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica no valor de US\$13,300 milhões especificamente para serem investidos em expansão do sistema de transmissão e distribuição de energia (US\$3 milhões) e na construção e equipagem de Mascarenhas (US\$10,3 milhões)²⁸.

Sobre o contexto dos acordos da USAID, Ianni assim se refere:

(...) a vitória do movimento político liderado por Fidel Castro criara uma situação totalmente nova, e implicava no aprofundamento da Guerra Fria na América Latina. A Conferência de Punta del Este, a Carta ali elaborada e a criação da Aliança para o Progresso eram todas manifestações diretas da crise de liderança dos Estados Unidos na América Latina, devido aos acontecimentos em Cuba.. (...) A despeito do significado político e diplomático (...) é necessário lembrar aqui que ela preconizava programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, sob a égide do poder público.²⁹

Assim, apenas no ano de 1966 a “Central” – agora pública - recebeu um volume de investimentos diretos proporcionados pelo Governo brasileiro que a capacitou a dar conta da maioria de suas prioridades, além de reajustar sua situação societária. Somente da Eletrobrás, mediante nota promissória de curto prazo, a empresa recebeu Cr\$8.631.900,00 para custeio total de obras, sendo desse montante Cr\$2.087.550,00 utilizados na subscrição de ações decorrente de aumento do capital social da empresa e Cr\$1.279.300,00 transformados em dívida de longo prazo. Ainda da Eletrobrás, no mesmo ano, foram transferidos para a CCBFE um total de Cr\$1.058.940,00 (equivalentes a US\$477,000) correspondentes à parcela do empréstimo global de US\$16,400 milhões que aquela “holding” contraíra junto ao Banco

²⁶ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

²⁷ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

²⁸ Contrato de Empréstimo “A.I.D. 512-L-062” , publicado no Diário Oficial da União em 14.10.1966, Seção I – parte I

²⁹ IANNI. Op. cit. p. 209-210.

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para compras de materiais e equipamentos para suas subsidiárias e empresas associadas.³⁰

Além disso, também foram contratados com a Eletrobrás o repasse total de Cr\$44.240.562,00 referente à contrapartida da empresa no contrato USAID no valor de Cr\$33.788.000,00; o complemento do custo das obras de interligação entre Governador Valadares e o Porto de Tubarão (Vitória) no valor de Cr\$3.452.562,00 e o repasse para a Cemig de financiamento para obras de reforço de suas linhas para capacitar sobrecarga de 50.000 kW do suprimento de Furnas para Vitória, no valor de Cr\$7.000.000,00.³¹ Assim, mediante vultosos repasses financeiros diretamente dos cofres públicos, a “Central” foi capacitada de acordo com o novo ciclo de desenvolvimento econômico que o Governo federal planejava para o país como um todo.

No Estado do Espírito Santo tal capacitação da CCBFE inseria-se numa ótica geopolítica de desenvolvimento da macroestrutura econômica visando atender às estratégias de *desenvolvimento associado* com o capital transnacional que caracterizaram a última fase do *desenvolvimentismo* brasileiro e o regime militar imposto em 1964.

A fusão

A partir da incorporação da CCBFE pela Eletrobrás, os investimentos em capacitação elétrica realizados no Espírito Santo seguiram duas vertentes diferentes: de um lado, a ampliação da antiga rede de geração e distribuição da “Central” e sua interligação com o Sistema Furnas-Cemig através da construção da linha de transmissão Valadares-Porto de

³⁰ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

³¹ CCBFE. *Relatório da Diretoria. 1966.*

Tubarão visando atender em primeiro lugar aos usuários “em grosso”, principalmente aquelas empresas industriais do próprio Governo federal em funcionamento pleno ou em vias de projeto no Estado ou as empresas privadas que beneficiavam-se da infra-estrutura energética e dos transportes que o Poder Público – federal e estadual – montava.

De outro lado, a ESCELSA, atuando segundo os objetivos do Plano Estadual de Eletrificação, lograva atingir capacidade de produção e expansão condizentes com o consumo estimado e futuro em áreas capixabas. Porém, a despeito de seu crescimento e a consecução e ampliação de suas metas, sua estratégia não articulava-se em proporção e em autonomia financeira frente ao projeto maior levado à frente pela Eletrobrás para produzir, transmitir e distribuir através de gigantescas plantas industriais as grandes potências elétricas que atenderiam aos seus compromissos de alavancagem industrial que o Governo federal tencionava implantar no território brasileiro.

No dizer de Christiano Dias Lopes Filho, Governador do Estado, em mensagem à Assembléia Legislativa, passou a existir uma

constante preocupação de Govêrno ante os massiços investimentos que a ELETROBRÁS vem procedendo em nosso Estado (...) operando diretamente à área dos grandes consumidores industriais, marginalizando a ESCELSA e concluiria no estrangulamento da emprêsa estadual , condenada a se contentar, em futuro bem próximo, com a simples condição de pequena emprêsa geradora de energia domiciliar.³²

Dessa maneira, o Governo do Estado, ainda que de forma elogiosa à ação de “nacionalização e estatização das indústrias básicas” promovida pelo Governo federal requer que o parlamento estadual aprove lei específica autorizando o Poder Executivo a propor ao Ministério das Minas e Energia e à Eletrobrás a constituição de uma nova empresa envolvendo a fusão dos passivos e ativos tanto da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A como da

Companhia Central Brasileira de Força Elétrica S/A. De acordo com a lei 2305, sancionada em 27 de outubro de 1967, a nova empresa teria o nome de ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A (ESCELSA), vindo a ser formalmente constituída em 01 de julho de 1968.³³

De um ponto de vista prático, desde janeiro de 1968 ambas as empresas vinham sendo dirigidas por um núcleo comum. Com a fusão, foram iniciadas as medidas legais para a formalização dos programas oficiais das empresas bem como dos seus compromissos financeiros. De início, o levantamento do patrimônio líquido das empresas demonstrou enorme equilíbrio: da ex-CCBFE coube Cr\$13.132.695,37 e à ex-ESCELSA coube Cr\$13.189.175,65 que somados passaram a constituir o capital social da nova ESCELSA no total de Cr\$26.321.871,02.³⁴ Na nova empresa, o Espírito Santo passou a sócio minoritário detendo apenas 5% das ações enquanto a Eletrobrás controlava mais de 90% do capital social.

Em termos de capacidade geradora em operação, a nova empresa contava agora com 4 usinas hidrelétricas: Suíça (30.000 kW), Rio Bonito (16.800 kW), Jucu (2.800 kW) e Fruteiras (2.000 kW), operando em dois sistemas de transmissão distintos, um de 60 Hz, mais moderno, e outro de 50 Hz³⁵

Quanto aos compromissos, foram mantidos todos os repasses das empresas fundidas, contando entre os principais credores a própria AMFORP, a USAID (Aliança para o Progresso), a AEG-Berlim (fornecedores de equipamento e montagem da Usina Suíça), o Eximbank, o BID, BNDE, a Eletrobrás, Governo Federal e o Instituto Nacional do

³² Mensagem do Governador do Estado do Espírito Santo à Assembléia Legislativa. 23.08.1967. Protocolo 767 – APEES.

³³ ESCELSA. Relatório de Diretoria. 1968.

³⁴ ESCELSA. Relatório de Diretoria. 1968.

³⁵ ESCELSA. Relatório de Diretoria. 1968.

Desenvolvimento Agrário (INDA)³⁶. Tudo isso vem caracterizar a extensão dos interesses políticos envolvidos no setor energético de eletricidade capixaba e a teia de relações tecidas pelo Governo brasileiro com as agências de financiamento internacionais.

Considerações finais

Concluimos a presente comunicação convictos de que estamos diante de um peculiar processo de gestação de uma saudável e promissora empresa pública de serviços essenciais cujos interesses maiores – a saúde financeira e a própria existência – foram negligenciados na medida em que o próprio Estado, em nível federal, provocou a superação de suas ações baseadas num Plano Estadual de Eletrificação elaborado em nível estadual.

Tal procedimento, mais apropriado a empresas privadas em regime concorrencial, forçou a submissão da ESCELSA estadual aos desígnios do projeto maior elaborado para o país em consonância com o regime militar; de sócio majoritário o Espírito Santo passou a deter apenas 5% das ações contra 95% num processo de absorção feito de tal forma que o público pouco percebesse – por isso o nome da empresa não se alterou com a fusão.

Assim, ao contrário do que prega a lógica econômica, a ação do Governo federal, no espaço de 3 anos, “salvou” a empresa estrangeira da estagnação e da superação tecnológica pela concorrente pública capixaba garantindo o retorno do capital de seus controladores privados, optando por “estrangular” a ESCELSA quando poderia ter investido nela de maneira a induzir investimentos da parte do capital privado para manter a CCBFE em condições de concorrência ou colocar-se à venda com vantagens para os cofres públicos. Ou

³⁶ ESCELSA. Relatório de Diretoria. 1968.

ainda, o Governo federal poderia ter provido as condições para que a própria ESCELSA – e não a Eletrobrás - incorporasse a CCBFE.

Como não nos pautamos por uma análise histórica contrafactual, a problemática encontra sua lógica quando atentamos para os aspectos geopolíticos e econômicos que envolveram as décadas posteriores a 1950 bem como para as condições de aprofundamento da subordinação da economia brasileira promovida pelo Estado nesse período.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo (roteiro da industrialização)*. RJ: Cátedra, 1987.

EVANS, Peter. *A trílice aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. RJ: Zahar, 1980.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1986.

FIORI, José Luís. *O vôo da Coruja*. RJ: EdUERJ, 1995.

KOCHER, Bernardo. *A Economia Política da inflação dos preços. Brasil (1964-1994)*. Niterói: ICHF/UFF, 1997. (mimeo)

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. SP: Brasiliense, 1982.

MÜLLER, Elisa M. de O *A encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense e o nacionalismo da década de 1950*. Niterói: UFF/ICHF, 1996 (mimeo).

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. SP: Círculo do Livro, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição das importações ao capitalismo brasileiro*. Ensaios sobre a economia brasileira. RJ: Zahar, 1975. 4 ed.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Público Estadual do Espírito Santo

Arquivo da Assembléia Legislativa do Espírito Santo

Dependências da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA